

Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul

Tiago Satim Karas

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: satinkaras@gmail.com

Guillermo Alfredo Johnson

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: guillermojohnson@ufgd.edu.br

Resumo

O propósito do presente trabalho é debater o caráter da política de crédito rural no estado do Mato Grosso do Sul, adotando como critério de análise a formação socioespacial. A sustentação dessa investigação se compõe, além da análise dos dados estatísticos sobre o acesso ao crédito e da estrutura fundiária, mapeados de acordo com as subdivisões das mesorregiões do IBGE no estado, também da compreensão sobre as imbricações dinheiro/crédito/território e o Estado como ator político e social. Ao final, argumenta-se que este estudo, mesmo não aspirando reunir a totalidade da formação socioespacial desta escala de análise, sem o debate deste problema, contudo, seria pouco provável a compreensão do capitalismo dependente. Tal dependência é expressa a partir da relação entre uma economia de base primária-exportadora, reafirmando o monopólio capitalista da terra, sendo a política de crédito rural no Mato Grosso do Sul seu eixo medular nesta formação socioespacial.

Palavras-chave: Crédito rural; socioespacial; território; Estado.

Socioespacial formation of state rural credit policies in Mato Grosso do Sul

Abstract

The purpose of the present paper is to debate the character of the rural credit's policy in the state of Mato Grosso do Sul, adopting as analysis criteria the socio-spatial formation. The support of this investigation is composed, besides the analysis of statistical data about the access to credit and land-ownership structure, mapped according to the subdivisions of the mesoregions of IBGE in the state, as well as the comprehension about the imbrications between money/credit/territory and the State as social and political actor. At the end, it is argued that this study, even without aspiring to bring together the whole socio-spatial formation of this scale of analysis, without debating about this issue, however, it would be unlikely the comprehension of the dependent capitalism. Such dependency is evident from the relation about an economy based on primary and exporting sector, reaffirming the land capitalist monopoly, being the rural credit's policy in Mato Grosso do Sul its axis in this socio-spatial formation.

Keywords: Rural credit; socio-spatial; territory; State.

Formación socio espacial de las políticas estatales de crédito rural en Mato Grosso do Sul

Resumen

El propósito de este trabajo es contribuir para la discusión de las características de la política de crédito rural en el estado de Mato Grosso do Sul, adoptando como criterio de análisis su

formación socio espacial. La fundamentación de esta investigación se compone, además de análisis de datos estadísticos sobre el acceso al crédito y de la estructura de la propiedad de la tierra, mapeados de acuerdo con las subdivisiones de las meso regiones del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) en el estado, también de la comprensión sobre las imbricaciones dinero/crédito/territorio y el Estado como actor político y social. Al final, argumentase que este estudio, mismo sin aspirar en reunir la totalidad de la formación socio espacial de esta escala de análisis, sin el debate de esta problemática, con todo, sería poco probable la comprensión del capitalismo dependiente. Tal dependencia se manifiesta a partir de la relación entre una economía de base primario-exportadora, reafirmando el monopolio capitalista de la tierra, siendo la política de crédito rural en Mato Grosso do Sul su eje medular en esta formación socio espacial.

Palabras clave: Crédito rural, sócio-espacial; territorio; Estado.

Introdução

A princípio é preciso considerar que a importância da política do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR não se resume às conhecidas necessidades produtivas do campo. O reconhecimento de que a produção agropecuária com ausência de uma política de crédito não poderia ser eficiente, produtiva e lucrativa pouco diz a respeito da formação socioespacial em que as estruturas produtivas tornaram-se o elo para a reafirmação do modelo espacial excludente e reinventaram mecanismos de transferência de renda capitalista destinada aos setores dominantes. Dessa forma, é preciso evitar o equívoco da dualidade forma-conteúdo para o qual nos alerta Santos (2012a), pois é indispensável desmistificar a visão invertida da realidade que impede sua apreensão.

A formação socioespacial, tendo em conta os argumentos desse autor, é a categoria por excelência que invoca o conjunto de processos de produção “histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto” (SANTOS, 2012a, p. 28). Do ponto de vista histórico, o modo de produção atual resultou da interação entre velhas e novas formações, ou como assevera Santos (2012a), não há novas formações numa perspectiva pura, pois o novo já contém o velho. Na perspectiva do arranjo espacial, parafraseando Santos, os lugares se diferenciam a partir das transformações dos modos de produção distintos; circunstância do “movimento de uma sociedade global” (2012a, p. 30-1).

A partir dessa apreensão dialética entre movimento global e significação particular dos processos produtivos, Santos argumenta que as determinações específicas e concretas “tornam-se realidade *pele* espaço e *no* tempo” (2012a, p. 30). O estudo da forma, aliado de seu conteúdo, impede a apreensão da totalidade do espaço e o modo de produção, que perpassa a universalidade e a singularidade na e pela formação espacial, não se constitui somente de formas materiais, mas, também, de formas imateriais, tais como os aspectos políticos e ideológicos (2012a, p. 32), sendo que é somente a relação entre a totalidade e o singular que nos permite conhecê-las (2012b, p. 25).

Ao considerar, tal qual Delgado (2012), que a política do SNCR cumpre a função de selar as relações técnicas entre agricultura e indústria, torna-se viável argumentar não se tratar de simples necessidades produtivas. Trata-se, essencialmente, de uma relação sobredeterminante que, decorrente das transformações no espaço, exigiu readequações nos sistemas produtivos. Tais mudanças compõem a chamada modernização agrícola; relações que foram introduzidas a fim de que as indústrias pudessem ter melhores garantias para o fornecimento de matérias-primas.

Estudar a formação socioespacial das políticas de crédito rural revela aspectos estruturais desiguais que caracterizaram historicamente todas as escalas de análises espaciais, sendo este o caso do Mato Grosso do Sul. Com uma das estruturas fundiárias mais concentradas de todo o país e um processo histórico de apropriação territorial e exclusão social, constitui-se num dos exemplos paradigmáticos do processo de modernização do campo decorrente da expansão da política de crédito rural. Assim, o recorte de análise, seja ele local, regional, nacional ou internacional, embora denote uma característica didático-analítica, tem suas características estruturais transcendentais às escalas específicas.

Este fato, analisado sob o prisma da interdependência econômica entre setores fornecedores de matérias-primas – neste caso a agricultura – com setores que apropriam os excedentes produtivos – as indústrias - é que Ruy Moreira, inspirado pelo marxismo, se dispôs a compreender na Formação Espacial Brasileira (2014), ratificando os aspectos políticos e econômicos do desenvolvimento do capitalismo dependente, não só do Brasil, como de toda a América Latina. Assim, os mecanismos de transferência de renda capitalista do campo, os quais requerem uma compreensão mais profunda em relação à modernização agrícola e à política de crédito rural, sinalizam serem aspectos dessa formação socioespacial que reafirma aspectos estruturais internos e externos.

A complexa e intensa dinâmica produtiva nas últimas cinco décadas tem impactado significativamente a territorialidade nos países latino-americanos. A persistência histórica da relevância da produção baseada no extrativismo das economias latino-americanas constata a necessidade de realizar análises que considerem suas transformações espaciais desde o local ao sistema internacional.

Os processos de ocupação das terras nos países latino-americanos assemelham-se aos observados mundo afora nos países caracterizados por acentuadas debilidades institucionais. Exemplo disso pode ser encontrado no Brasil, Uruguai e Argentina, que apresentam dinâmicas históricas que indicam seus Estados como facilitadores da acumulação de terras ao tempo em que visam conferir legitimidade a essas atividades, tornando-os fiadores dessa concentração (BORRAS Jr. *et alli*, 2012). As consequências sociais de um arranjo político como o apontado acirram as desigualdades sociais, contribuindo para

acentuar a pobreza (PÉNCHEVA, 2011), pois obstrui as possibilidades para que os “indivíduos e organizações que vivem e atuam em um determinado território” possam expor “suas habilidades para mobilizar energias em projetos comuns” (EGLER; BESSA; GONÇALVES, 2013, p. 9).

Assim, dentre a diversidade de elementos que modelam a territorialidade no Brasil consideramos que a ação estatal e, em particular, as suas políticas de crédito rural, exerce significativa importância para o fortalecimento e/ou reprodução da agropecuária na produção de bens. No contexto apontado, este trabalho tem como objetivo discutir as características do crédito rural no Mato Grosso do Sul tendo em conta as principais atividades financiadas e sua relação com a estrutura fundiária. Os dados do SNCR são fornecidos pela Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BACEN). Analisaremos sua distribuição comparando a estrutura fundiária a partir de dados do Censo Agropecuário IBGE (2006), mapeados a partir das subdivisões das quatro mesorregiões presentes no estado e que compõem o rol analítico/empírico dessa formação socioespacial.

Para expor essa discussão, além do debate sobre a formação socioespacial, já apresentado, consideramos indispensável debater sobre a importância do dinheiro e sua relação com as dinâmicas territoriais. A partir de Santos (2002), verificamos que o dinheiro é a forma monetária do capital e crédito é a forma essencialmente fictícia. Ambos, dinheiro e crédito, salvo suas diferenças, são representações do valor/trabalho. Ainda vinculada à análise proposta, há também a necessidade de aprofundamento na compreensão do papel do Estado como mediador e/ou regulador na reprodução da ordem capitalista.

A partir do exposto, espera-se que este trabalho possa contribuir para aprofundar a discussão dos arranjos econômicos e das dinâmicas produtivas regionais, como as que Lamoso vem estudando, sobre a importância dos “incentivos dados pelo Estado para a internacionalização das empresas de capital privado” (2011, p.7) em consonância com os objetivos do desenvolvimento industrial. Assim, a partir da análise e mapeamento dos dados visamos explorar as dimensões da institucionalização do financiamento rural em nível regional e apontar alguns preceitos para compreender a formação socioespacial das políticas públicas de crédito rural em Mato Grosso do Sul.

Dinâmicas territoriais da moeda de crédito: uma forma fictícia de capital

Atinente ao conceito de formação socioespacial miltoniano, em que a formação das estruturas espaciais de uma dada sociedade é o resultado do conjunto da formação histórica global e apresentam dinâmicas e adquirem conotações múltiplas e visíveis somente nas escalas locais e regionais, é preciso considerar que tais características delineiam diferentes percepções a respeito do espaço. Compreendemos que a representação do valor/trabalho na

forma de dinheiro ou crédito faz parte do conjunto da formação histórica global, tal como aferiu Arrighi (1996). No entanto, respaldar-nos apenas em suas características absolutas e universalizantes, como já apontado, é arriscado, uma vez que pode limitar o campo de análise a respeito das características dos processos produtivos nas escalas locais e regionais.

Assim, partimos do princípio de que, segundo Milton Santos (2012a, p. 68), uma “sociedade só pode ser definida através do espaço”, sendo que este último, por sua vez, muda com as transformações dos sistemas produtivos. Portanto, o espaço é tanto produto como meio, pois os “processos produtivos são impostos ao espaço pela sociedade”. Tal contribuição sobre o pensamento “socioespacial” é também “espaçotemporal”, pois suas transformações ocorrem através do tempo e estão dialeticamente vinculadas aos conceitos de forma, função, estrutura e processo.

Compreender a política de crédito rural do SNCR implica o reconhecimento de uma forma que, por sua vez, exerce uma função muito clara na estrutura de desenvolvimento do capitalismo nas múltiplas escalas. Porém, há outras características que compõem a “totalidade” dos processos, pois a política do SNCR não possuiria tal forma e função caso a propriedade fundiária da terra altamente concentrada também não possuísse sua forma e exercesse sua função dentro da estrutura de desenvolvimento do capitalismo no campo. Portanto, um estudo sobre as características do processo de desenvolvimento do capitalismo agrário no Mato Grosso do Sul sobre as características da política do SNCR pode evidenciar regionalmente a forma perversa do desenvolvimento capitalista como um todo.

Estudar o crédito rural a partir da compreensão apresentada por Milton Santos (2002) sobre o papel do dinheiro como organizador/desorganizador dos territórios, sabendo que o dinheiro é a forma monetária do capital e o crédito é sua forma fictícia se aproximando da sua forma financeira, é essencial para avançar na compreensão das dinâmicas territoriais do desenvolvimento capitalista no campo. Nesse escopo analítico, estudar as dinâmicas territoriais do dinheiro implica no reconhecimento de um processo imbricado de ao menos três características com capacidades de reorganização das relações entre sociedade e espaço.

Primeiramente, o uso do capital em sua forma monetária, tanto quanto sua forma fictícia ou financeira, não é homogênea, ou seja, alguns lugares, dependendo das condições estruturais, oferecem vantagens competitivas melhores dentro da lógica de exploração capitalista, enquanto outros podem não oferecer. Em segundo lugar, a circulação do dinheiro em nível global na forma de especulação cria as condições ideais para sua autopromoção, ou seja, as vantagens competitivas de cada lugar atendem aos interesses especulativos do capital das grandes corporações. Por último, Santos (2002, p. 11) assevera que quanto maior a complexidade das relações, maiores serão, também, as necessidades de regulação. Assim é que podemos compreender a necessidade da atuação do Estado como única instituição

capaz de propor leis que institucionalizem as relações dos fluxos de mercadoria, trabalho e capital em escala local, regional ou nacional em consonância com os interesses do capitalismo global. De fato, são três características que se complementam.

Antes de dedicar atenção aos objetivos específicos para a compreensão da distribuição regional do crédito rural do SNCR e a organização da produção concentradora de *commodities* agrícolas no Mato Grosso do Sul é necessário ainda destacar duas questões essenciais para compreensão deste trabalho: a primeira, mais teórica, busca compreender o Estado como ator político e social para a reprodução do capital; a segunda busca, sucintamente, compreender o fundamento histórico da concentração fundiária no estado, ressaltando empiricamente os dados do Censo Agropecuário, IBGE (2006). Desse modo, entende-se que essas duas questões imbricam-se para se constituírem numa dimensão do poder político, social e territorial essencial para a compreensão da organização e distribuição desiguais dos recursos creditícios da política do SNCR.

O Estado como ator político e social

Embasados nas contribuições de Milton Santos de que toda sociedade pode ser definida pelo espaço que produz, ou que ao transformar o espaço produz a si mesma enquanto sociedade, partimos do pressuposto de que não se pode estudar nem a sociedade nem o espaço sem compreender melhor as características do Estado como instituição reguladora das relações de produção e reprodução no sistema capitalista (SANTOS, 2012a; 2012b). Nesse sentido, propomos analisar o papel do Estado em dois aspectos intensamente imbricados: primeiramente, e de modo geral, a função política do Estado na sociedade capitalista, e em segundo a capacidade do Estado de regular as diversas frações sociais a fim de manter uma unidade social aparente.

Concernente ao primeiro aspecto é importante destacar a afirmação de Harvey (2005, p.77) para a característica de que atualmente são poucos os aspectos da produção capitalista que não estejam “profundamente afetados, direta ou indiretamente, por políticas do Estado”. Mais do que isso, é importante perceber que historicamente, pelo menos desde o fim da Idade Média, a organização da sociedade prevê a centralização do poder político e das relações econômico-mercantis, como evidenciou Arrighi (1996) sobre a origem do poder do dinheiro em “O Longo Século XX”.

Embora não signifique admitir a exclusividade do poder do Estado, da mesma forma não se pode negar sua fundamental participação na organização da sociedade capitalista contemporânea. Inclusive é possível e necessário compreender que o poder do sistema capitalista combina com o poder político do Estado. Mesmo que necessariamente, segundo Harvey (2005, p. 78), o Estado tenha se originado da contradição entre os interesses

particulares e os interesses comuns da sociedade, fato que implica no reconhecimento da função ideológica tanto da política hegemônicas como do Estado, pois, além de instrumento de dominação de classe, as políticas quase sempre são propostas como sendo de interesses sociais comuns.

O exemplo mais significativo dessa espécie imprecisa de poder institucional criada ilusoriamente por e para os interesses igualitários são as democracias representativas latino-americanas, discutidas por Osorio (2014). Este autor argumenta que ao invés da organização de espaços políticos em que o Estado promovesse garantias de acesso igualitário às instâncias de poder na sociedade, tais democracias se tornaram meios de organização das frações sociais privilegiadas que assumiram o poder político para organizarem o sistema de poder segundo seus interesses.

A importância do poder político do Estado para a reprodução do sistema capitalista perante uma sociedade múltipla e diversificada pressupõe o reconhecimento de que não há interesses sociais comuns, ou seja, reafirmamos a existência de diferentes classes ou frações de classes sociais que possuem diversas perspectivas socioeconômicas, resultado das diversas posições que ocupam na sociedade, que pugnam pela prevalência das suas pretensões. De tal forma que este aspecto nos leva a reconhecer o segundo artifício que é a capacidade de coordenar as diferentes frações sociais com o objetivo de manter uma unidade aparente (JESSOP, 2015).

Para analisar este segundo aspecto tomamos como referência a obra de Nicos Poulantzas (2000), a qual considera que os estudos sobre o sistema capitalista não podem se restringir às relações de produção, pois o Estado apresenta uma forma e um conteúdo específicos na sociedade capitalista. Há uma “natureza de classe do Estado” capitalista que por sua vez implica em diferenças no “campo da dominação política”. Para atingir esse campo de dominação é necessário estudar a posição que certas classes, ou frações delas, ocupam, se organizam, se expressam para serem e permanecerem hegemônicas. Dessa forma, para estudar o Estado é preciso reconhecer quais são as classes, ou frações de classes que compõem o “bloco no poder”, sendo que não necessariamente precisam estar presentes – ou serem identificadas – para participarem da dominação política a partir do mesmo.

No estudo que nos ocupamos consideramos eminentemente o Sistema Nacional de Crédito Rural, atribuição exclusiva do Governo Federal, e sua relação com a distribuição fundiária no Mato Grosso do Sul. O Estado, na sua atuação federal, estadual e municipal, cria e recria uma diversidade de mecanismos políticos e econômicos que fortalecem a dinâmica socioterritorial estudada através de infraestrutura, que visa facilitar a comercialização, promove campanhas de marketing e constrói peças tributárias que fortalecem a concentração fundiária.

Tanto o aspecto da essencialidade do poder político do Estado como a caracterização das classes que o compõem são contribuições que convergem para a compreensão da função desempenhada pelo Estado na sociedade capitalista. A seguir veremos que as políticas de Estado e as classes sociais privilegiadas são fundamentais tanto para a compreensão da estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul como também para a política de crédito rural na unidade territorial analisada.

Estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul: sucinto panorama

Antes de analisar as especificidades das características da estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul é preciso destacar, tal qual Moreira (2014), que as transformações no campo fazem parte da complexidade das transformações da sociedade como um todo. Debatendo a *Formação Espacial Brasileira* o autor assevera que as estruturas espaciais surgem decorrentes das necessidades de transferência de renda e complementariedade entre os setores produtivos. A construção dos argumentos deste autor, apoiados nas contribuições marxistas, revela os aspectos estruturais da formação política e econômica da divisão espacial do trabalho do capitalismo dependente.

No mundo, historicamente, a divisão espacial do trabalho se revelou nas estruturas de especialização produtiva, suscitando uma estrutura capitalista hierárquica na maioria absoluta dos países exportadores de matéria-prima, desigualmente combinada com uma pequena parcela de países centrais, importadores e industrializados. No Brasil, a formação das estruturas de desenvolvimento do capitalismo dependente revelou internamente a transferência do excedente agrícola à industrialização. É sob a nomenclatura do desenvolvimento urbano-industrial, combinada à preservação da estrutura fundiária de origem colonial, que precisa ser analisada a formação socioespacial das políticas estatais de crédito no Mato Grosso do Sul.

Para compreender a forma e o conteúdo da política do SNCR é necessária, em primeira instância, uma breve compreensão histórica e contemporânea da sua estrutura fundiária. O Mato Grosso do Sul é considerado um estado com uma estrutura fundiária altamente concentrada. Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), a média da área dos estabelecimentos no estado é de 466,74 ha enquanto que no Brasil a média é de 64,47 ha (Tabela 1 e figuras 1 e 2).

Tabela 1: Brasil e Mato Grosso do Sul: unidades e áreas dos estabelecimentos rurais – 2006

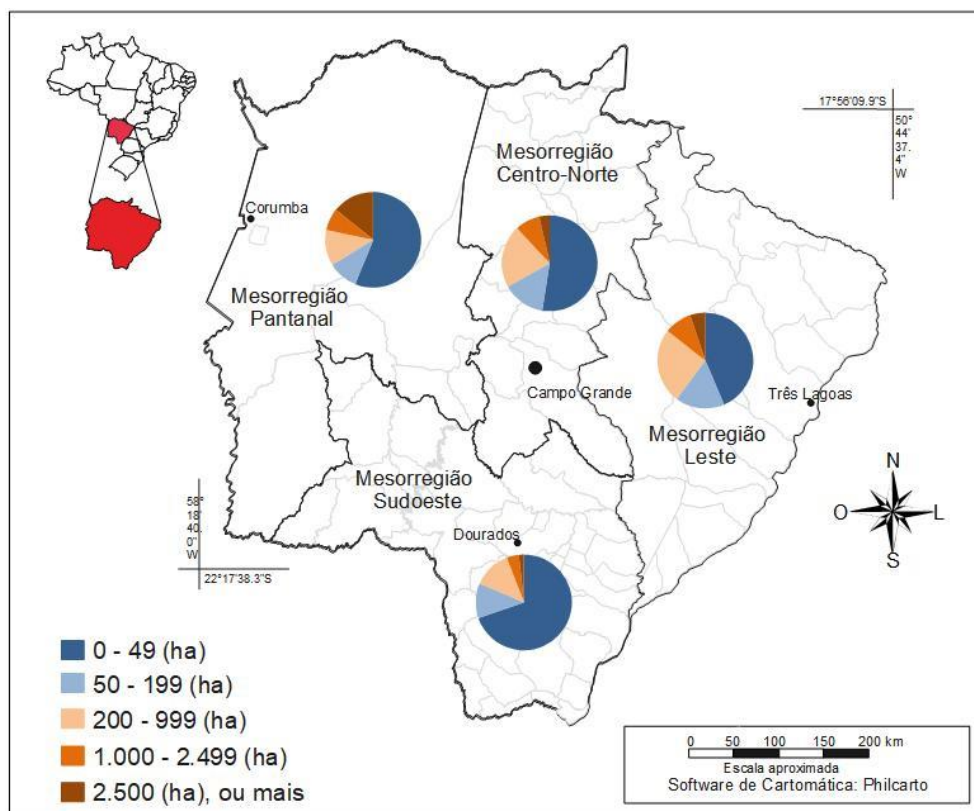
	Brasil			Mato Grosso do Sul		
	Unidades	Área (ha)	Média	Unidades	Área (ha)	Média
Menos de 10 (ha)	2.477.151	7.798.777	3,14	13.398	64.818	4,83
10 a menos de 100 (ha)	1.971.600	62.893.979	31,89	29.277	873.699	29,84
Menos de 100 (ha)	4.448.751	70.692.756	15,89	42.675	938.517	21,99
100 a menos de 1000 (ha)	424.288	112.844.186	265,96	15.228	5.991.350	393,44
1000 (ha) e mais	47.578	150.143.096	3.155,72	6.661	23.345.109	3.504,74
Total	5.175.636	333.680.037	64,47	64.864	30.274.975	466,74

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2006). Organização dos autores.

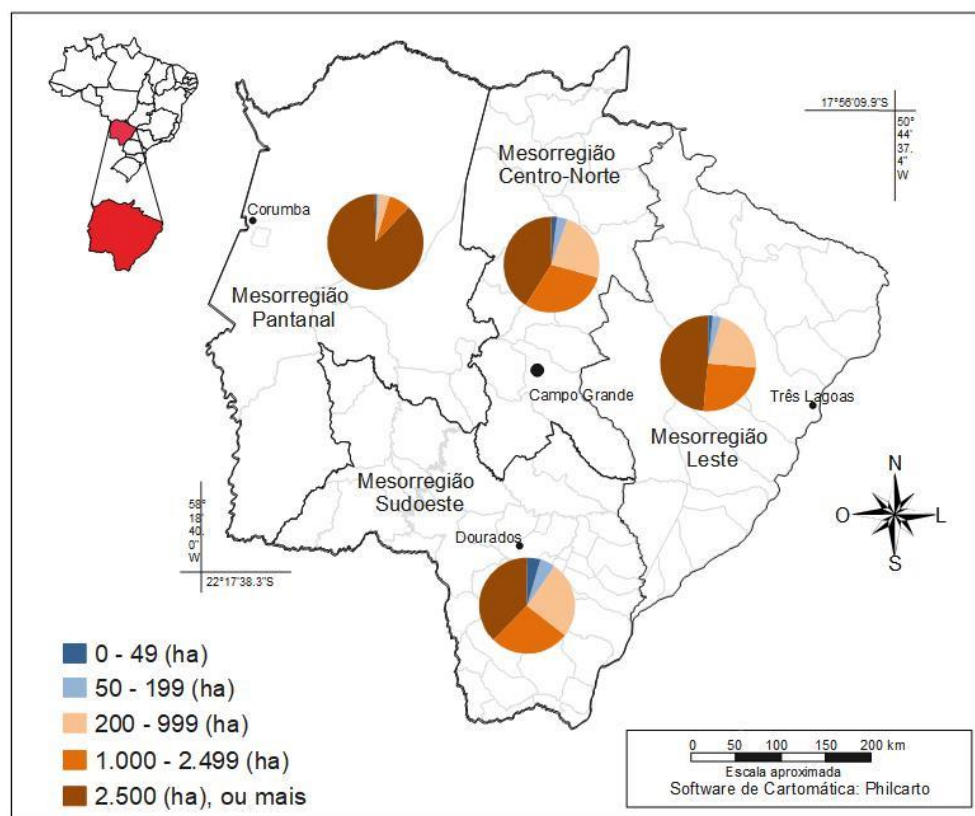
A característica da estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul remonta ao período das primeiras ocupações de porções de terras da região sul do estado. Essa área intensamente povoada por indígenas no período colonial passou a receber as primeiras ocupações de colonizadores a partir da entrada do gado desde o fim do século XVIII. Com origem partindo das terras de Minas Gerais, rumo a oeste, as ocupações acentuaram-se durante e após a Guerra do Paraguai, na segunda metade do século XIX (BITTAR, 1997).

Os estudos sobre as ocupações da porção sul do Mato Grosso não consideram a ocupação indígena, que é anterior a todo o processo de colonização. Após o período dessas primeiras ocupações, segundo Almeida (2003), houve um novo surto de ocupação e povoamento da área a partir da atuação da Companhia Mate Laranjeira, área concedida em situação de arrendamento pelo governo imperial no ano de 1882. Posteriormente, com a proclamação da República, essas áreas de terras devolutas passaram para competência dos estados e as “oligarquias regionais se veem ainda mais à vontade para estabelecer sua política fundiária: concentracionista e excludente” (p. 111-2).

Figura 1: Mato Grosso do Sul: estabelecimentos rurais – 2006



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2006). Organização dos autores

Figura 2: Mato Grosso do Sul: Área dos estabelecimentos rurais – 2006

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2006). Organização dos autores.

Com a política do Estado Novo da Era Vargas e da intenção de “estimular a formação de pequenas propriedades no Sul de Mato Grosso” surgiu a Companhia Agrícola de Dourados (CAND), porém, tal política tornou-se incapaz de tornar esta colonização uma realidade, assim, sucumbiu e abriu o caminho para a colonização privada. Esse momento marcou o surgimento da atuação de empresas colonizadoras que adquiriam terras, principalmente do Estado, como: Companhia de Melhoramento e Colonização (SOMECO), Viação São Paulo–Mato Grosso e Moura Andrade (ALMEIDA, 2003, p. 113).

Vale ressaltar que as áreas que essas companhias adquiriam eram muito grandes, e, se somando às baixas concentrações populacionais do ponto de vista da colonização, incorria nas dificuldades de realizar a expansão econômica. Segundo Souza (1992, p. 59), para suprir a necessidade de mão de obra abundante, desqualificada e mal remunerada, a SOMECO fazia “ponto no Centro de Migração em São Paulo e no município de Porto Epitácio” para divulgar e incentivar a vinda de “nordestinos para o trabalho de desmate”, somando-se aos paraguaios e indígenas que ali estavam e trabalhavam sob um regime de escravidão. Também incentivava a migração de proprietários do sul do país, prometendo “terras férteis e baratas”.

Os colonos, migrantes nordestinos, paulistas, paranaenses, catarinenses e gaúchos, foram os verdadeiros responsáveis pela abertura das matas, melhoria e valorização das áreas e formação dos povoados. Muitos imigrantes, impedidos de cumprir com o pagamento das

terras, foram expulsos pela colonizadora para “então cobri-las de pasto e enchê-las de gado” (SOUZA, 1992, p. 59). Segundo o autor, “entre os anos de 1975-1980 (cinco anos) o número de pequenas propriedades foi reduzido no meio rural do estado de 22.279 para tão somente 13.206, numa queda de 41%” (SOUZA, 1992, p. 26).

Portanto, a presente situação da estrutura fundiária do estado do Mato Grosso do Sul implica reconhecer sua forma altamente concentradora. Para fins analíticos consideramos divisões internas no Mato Grosso do Sul. De acordo com o IBGE (2006), o estado possui quatro mesorregiões: a Mesorregião Centro-Norte, onde se localiza a capital Campo Grande; Mesorregião Sudoeste, com destaque para a cidade de Dourados; a Mesorregião Leste, com destaque para a cidade de Três Lagoas, e a Mesorregião Pantanal, com destaque para a cidade de Corumbá.

As Figuras 1 e 2 evidenciam a significativa concentração de terras no estado. Por sua vez, essa característica desempenha uma função basilar no desenvolvimento da produção de *commodities* agrícolas. Essa dinâmica compõe uma estrutura que nos possibilita compreender a forma e o conteúdo da formação socioespacial desempenhada pela moeda de crédito do Sistema Nacional de Crédito Rural no desenvolvimento capitalista no campo.

Levando em consideração todas as contribuições debatidas até o momento, podemos inferir que essa estrutura fundiária compõe a base da compreensão da formação socioespacial do Mato Grosso do Sul, sendo assim crucial para o entendimento das políticas estatais de crédito. Essa estrutura resultou na formação de um arranjo espacial produtivo dominado pela produção de *commodities* agrícolas, que analisaremos na sequência deste trabalho. Porém, podemos argumentar que a transferência do excedente requer uma complementariedade entre os setores. Historicamente, esta interdependência manifestou-se de diferentes maneiras, podendo ser analisadas desde pelo menos a abolição da escravatura e a Proclamação da República, mas também nos arranjos de poder político e de classe, que preservaram os níveis de concentração do monopólio territorial acentuados, como no caso do Mato Grosso do Sul.

Recentemente, as formas complementares decorrentes da transferência dos excedentes capitalistas manifestaram-se na necessidade da modernização agrícola, bem como paralelamente na urgência das políticas estatais de financiamento. Mais do que uma simples complementariedade, a política pública de crédito agrícola subsidiada se tornou o fundamento do desenvolvimento capitalista dependente no campo, e é com base nesses aspectos que debatemos a formação socioespacial da política de crédito rural.

Formação socioespacial do SNCR no Mato Grosso do Sul

Para compreender melhor a política do SNCR no Brasil, antes de passarmos às características específicas que focalizam este debate no tocante ao Mato Grosso do Sul, é preciso salientar que a criação dessa política faz parte de um contexto de reestruturação político-econômica nacional e internacional. Internacionalmente, ainda na década de 1960, mas mais precisamente a partir de década de 1970, o Estado passou cada vez mais a exercer funções de gerência na economia mundial, indispensável à reprodução das relações de produção capitalista, e isso ficou ainda mais explícito com a crise estrutural do sistema capitalista a partir dos anos 1970.

Nacionalmente, em termos estruturais, é preciso destacar que a criação da política do SNCR faz parte do contexto de reestruturação do espaço brasileiro, em boa parte devido aos fatores que resultaram no crescimento urbano e industrial, mas também em virtude da modernização agrícola, dos quais, além do SNCR, o Estatuto da Terra e a Reforma Bancária devem ser analisados conjuntamente.

A promulgação do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, segundo Martins (1995), possibilitou as condições para a expansão do capital financeiro no campo ao assegurar o monopólio territorial. Da mesma forma, a Reforma Bancária, consumada entre os anos de 1964/1965, caracterizou-se, segundo Contel (2006), como um marco na expansão das relações que intensificaram o uso financeiro do território brasileiro, bem como, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), lei nº 4.829 de 05 de novembro de 1965, política pública de crédito rural que passou desde então a abranger todo o território nacional.

No Mato Grosso do Sul a função de gerência do Estado na economia assumiu conotação de classe ainda mais evidente devido a sua emancipação em 1977. Tais características manifestaram-se regionalmente devido às intenções separatistas da oligarquia agrária da porção sul do estado do Mato Grosso, fato que, segundo Almeida (2003, p. 114), privilegiou a grande propriedade; e um projeto de poder que segundo Bittar (1996, p. 210) outorgou a “criação de um Estado para si”.

Inserido nesse contexto de reestruturação política e econômica do Brasil, com atenção especial às transformações no campo, das quais o Mato Grosso do Sul também é componente, é que desde meados da década de 1960 o crédito rural assumiu um caráter de política de Estado.

Embora um dos princípios da concepção da lei que institucionaliza o SNCR, previsto por esta política no Art. 3º inciso III, define como uma de suas metas “possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios”, este propósito não condiz com o que é observado nos dados sobre a evolução da concessão dos recursos disponíveis até o ano de 2012 no Anuário Estatístico do Crédito Rural e na Matriz de

Dados do Crédito Rural (MDCR) do Banco Central do Brasil a partir de 2013 (BACEN). Como exemplo disso temos o Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016, em que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) previu a destinação de crédito no total de 187,7 bilhões de reais, aumento de 20% em relação ao plano anterior (MAPA, 2015). Porém, se analisadas as características da distribuição desses recursos com base no Anuário Estatístico do Crédito Rural do BACEN, com série histórica até o ano corrente, percebemos uma realidade extremamente contraditória em termos de acesso aos recursos pelas diferentes realidades sociais, a exemplo do montante que é destinado via PRONAF. Nesse mesmo ano agrícola, de um total de 2.326.789 (Dois milhões, trezentos e vinte e seis mil, setecentos e oitenta e nove) de contratos, totalizando R\$ 165.850.297.646,15 (Cento e sessenta e cinco bilhões, oitocentos e cinquenta milhões, duzentos e noventa e sete mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quinze centavos), 72,4% (1.685.526) contratados via PRONAF, acessaram apenas 13,2% do total dos recursos (R\$ 21.984.863.425,12).

Em relação ao estado do Mato Grosso do Sul essa discrepância assumiu contornos ainda mais dramáticos. Segundo dados apurados por Nardoque (2017, p. 261), ao comparar as ações dos governos FHC e Lula, os recursos acessados via PRONAF saíram de um total de mais de R\$ 43 milhões (Quarenta e três milhões de reais) em 2002 para um total de mais de R\$ 92 milhões (Noventa e dois milhões de reais) em 2010, 0,77% de um montante de mais de R\$ 11,9 bilhões (Onze bilhões e novecentos milhões de reais) de todo o Brasil, no último mandato do governo Lula.

Muitas transformações ocorreram ao longo dos anos desde a criação do SNCR. Uma dessas mudanças está relacionada à deficiência na política de distinguir as múltiplas realidades entre grandes e pequenos agricultores. Assim, mesmo diante de uma imensa diversidade que o campo brasileiro apresenta em termos de estrutura agrária, prevalecendo maciçamente a concentração territorial, somente em 1996, com a lei nº 1.946, que foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

De imediato, o que se pode argumentar é que a política do SNCR, historicamente, favoreceu o fortalecimento do agronegócio brasileiro, em especial o mercado de *commodities*, proporcionando a ampliação do espaço do *agribusiness*, ao mesmo tempo limitando uma imensa parcela de pequenos agricultores, camponeses, agricultores familiares, indígenas e quilombolas à exclusão territorial, política e econômica no campo. Seu maior problema é que mesmo com a criação do PRONAF, a evidência principal é a de que a política de Estado do SNCR e seus aspectos financeiros da produção agrícola demonstram não possuírem eficiência quanto aos aspectos internos e autônomos de cada território.

Em âmbito nacional observamos uma persistência da desigualdade na distribuição do financiamento estatal, ainda que a criação do PRONAF tenha inicialmente mitigado essa

situação. A pertinaz concentração do uso dos recursos aponta que “50% dos menores estabelecimentos empregam cerca de apenas 6,5% do total de financiamentos, os 5% maiores utilizam quase 63%, e os 10% maiores 70% desse total” (SOUZA; NEY; PONCIANO, 2015, p.267).

A concentração dos créditos agropecuários é maior no Sudeste e Centro-Oeste, assim como mais equilibrada no Norte e Sul do país. Quanto ao caso específico do Mato Grosso do Sul, verificamos que 10% dos maiores estabelecimentos utilizam quase 80% do financiamento disponível (*Idem*). É possível perceber que, além dessa distribuição irregular a nível nacional e estadual, suas desigualdades também se manifestam local e regionalmente.

Para isso adotamos a metodologia de classificar os dados do SNCR (BACEN, 2015) segundo cada mesorregião geográfica do IBGE em relação às principais atividades do agronegócio financiadas pela política pública: a pecuária bovina e o cultivo da soja e do milho, pois, como já ressaltado, a identificação da predominância do financiamento dessas atividades também revela disparidades inter-regionais e locais. Veremos na sequência como essas diferenças se comportam umas em relação às outras e como que, em conjunto, apontam as características da formação socioespacial da política pública de crédito rural no estado do Mato Grosso do Sul.

Por uma questão de critério e classificação dos dados utilizados neste trabalho é preciso esclarecer, ainda, que o Art. 8º da lei 4.829, sobre as modalidades de crédito da política pública, estabelece as subdivisões entre custeio, investimento e comercialização. Incurrendo na impossibilidade de aprofundar essas três modalidades ao levar em consideração as limitações da extensão deste texto, optamos por mensurar os dados das três modalidades (tabela 2) enfatizando o crédito de custeio, por ser esta modalidade a que garante o aporte de recursos para o desenvolvimento das atividades produtivas da agropecuária. Ressaltando que no estado do Mato Grosso do Sul o custeio agrícola corresponde a 61% do total do crédito rural no ano de 2014.

Assim, passando para o exame do arranjo regional do crédito rural nas suas três modalidades de crédito no estado do Mato Grosso do Sul, podemos destacar as seguintes observações: embora Campo Grande, a capital do estado, esteja na Mesorregião Centro-Norte, essa mesorregião não é a que mais recebe crédito rural, seja em custeio, investimento e comercialização agrícola e pecuária, aliás, só é superior à Mesorregião Pantanal. Segundo os dados do BACEN (2015), a posição protagonista deste arranjo na formação socioespacial do Mato Grosso do Sul fica por conta da Mesorregião Sudoeste. Há que se ressaltar que dos 79 municípios do estado do Mato Grosso do Sul, 38 (48,1 %) estão na Mesorregião Sudoeste.

Tabela 2: Mato Grosso do Sul e Mesorregiões: crédito rural – 2014

	Centro Norte	Sudoeste	Leste	Pantanal	Total
Custeio (R\$)	943.329.191,97	2.377.302.874,76	1.313.358.397,79	368.245.011,90	5.002.235.476,42
Qtd. de Contratos	4.494	14.463	5.617	1.528	26.102
Invest. (R\$)	634.496.353,54	1.047.688.504,82	740.525.779,01	209.950.909,10	2.632.661.546,47
Qtd. de Contratos	4.905	7.470	4.722	1.258	18.355
Comercialização (R\$)	96.012.629,74	331.465.226,89	116.080.854,53		543.558.711,16
Qtd. de Contratos	107	1.015	136		1.258
Totais (R\$)	1.673.838.175,25	3.756.456.606,47	2.169.965.031,33	578.195.921,00	8.178.455.734,05
Qtd. Total de contratos	9.506	22.948	10.475	2.786	45.715

Fonte: Banco Central do Brasil (2015). Organização dos autores.

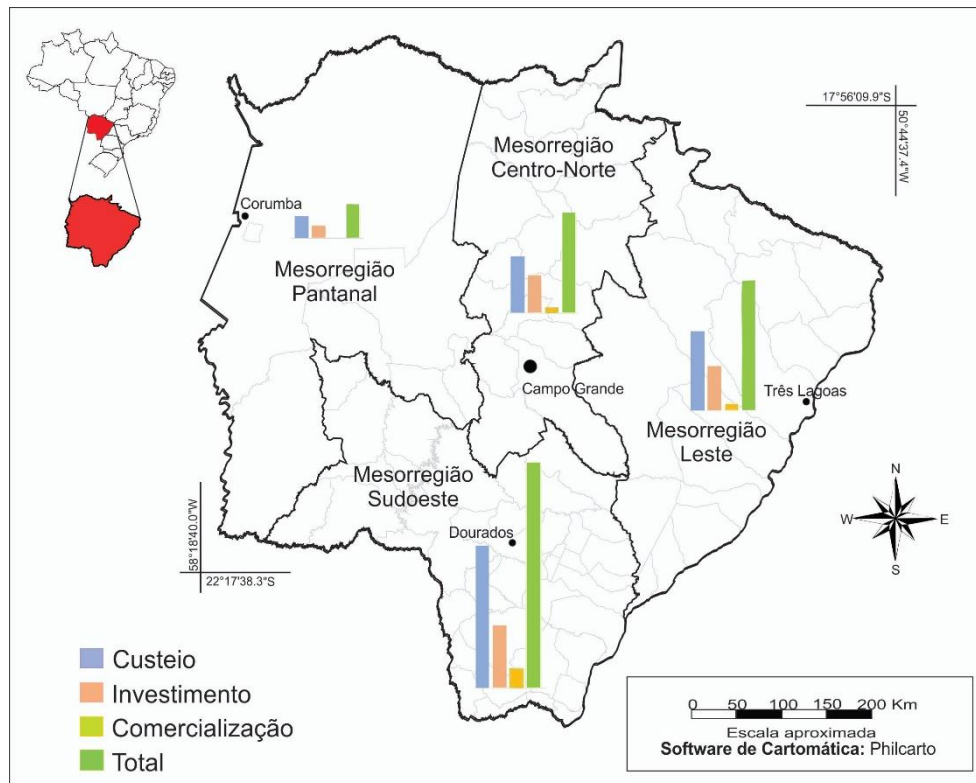
Além disso, o protagonismo desta Mesorregião é reafirmado com base nos dados do BACEN (2015) a respeito dos valores e da quantidade de contratos. A Mesorregião Sudoeste concentra o equivalente a 45,9% dos valores e 50% dos contratos.

Em relação às diferentes modalidades de crédito do SNCR em cada uma dessas mesorregiões também chama a atenção a quantidade de contratos em relação aos valores financiados. Podemos visualizar que as disparidades dos dados sobre a quantidade de contratos se assemelham muito aos valores destinados a cada Mesorregião. Novamente, a Mesorregião Sudoeste se destaca, possuindo 47% dos valores acessados e 55% de todos os contratos de custeio, no entanto, a principal concentração de contratos nessa Mesorregião é da modalidade de comercialização. De um total geral de 1.258 em todo o estado, mais de 1.000 contratos de comercialização foram realizados na Mesorregião Sudoeste.

A seguir (figura 3) temos a representação que evidencia a importância da Mesorregião Sudoeste no arranjo espacial do crédito rural no Mato Grosso do Sul.

Além dos aspectos regionais relacionados com as diferenças entre as modalidades de crédito do SNCR há outras singularidades em relação às diferentes atividades produtivas. Dentre estas destacaremos nossas análises na modalidade de custeio, por considerar que esta modalidade de crédito é a principal, ou como o próprio nome aponta: é a que se destina a custear a produção agropecuária.

Figura 3: Mato Grosso do Sul: arranjo espacial do crédito rural – 2014



Fonte: IBGE (2015) Banco Central do Brasil (2015). Organização dos autores

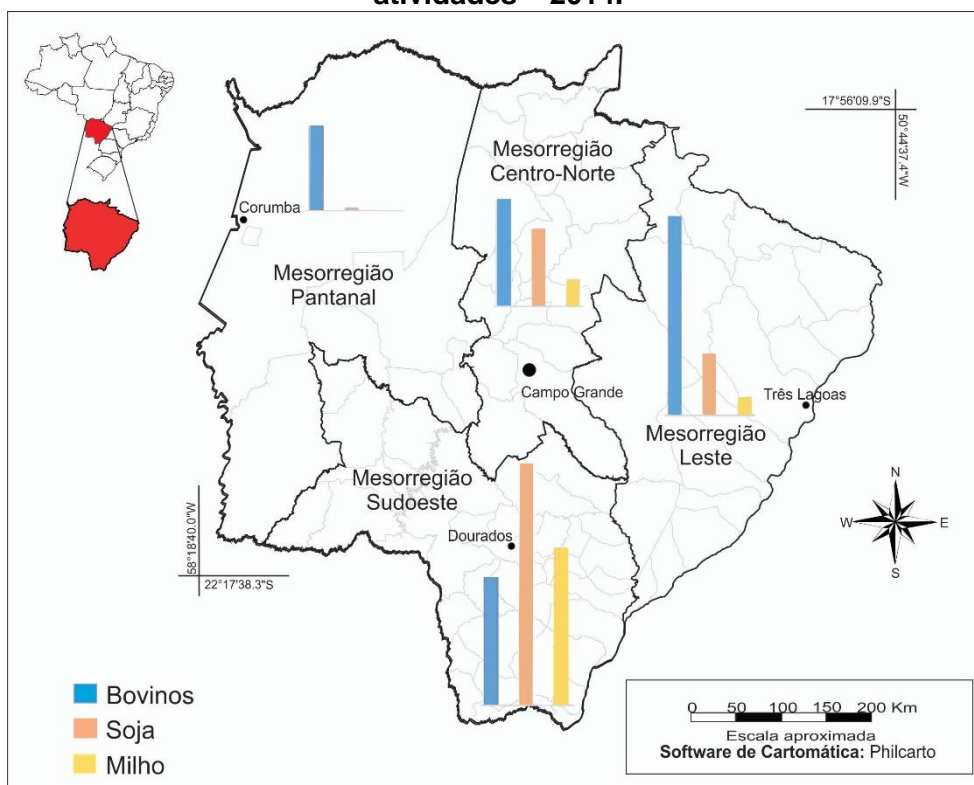
Assim, quando da tabulação dos dados sobre o crédito rural do BACEN (2015) para a identificação dos produtos agrícolas e pecuários que acessaram os maiores valores de crédito para custeio, foram encontradas três principais atividades, vinculadas com as chamadas *commodities* agrícolas: a pecuária bovina e as atividades agrícolas da soja e do milho. Essas três atividades produtivas são responsáveis por concentrarem 88,4% de todos os recursos de custeio para o estado do Mato Grosso do Sul no ano de 2014 (tabela 3 e figura 4).

Tabela 3: Mesorregiões Geográficas do Mato Grosso do Sul: crédito rural de custeio das principais atividades – 2014

	BOVINOS		SOJA		MILHO		Valores Totais (R\$)
	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	
Sudoeste	510.382.044,93	4.342	966.710.206,25	4.965	626.791.204,05	3.851	2.103.883.455,23
Centro Norte	427.868.082,20	2.930	309.522.744,52	776	109.688.424,31	408	847.079.251,03
Reg. Leste	794.410.556,75	4.535	248.364.498,77	559	75.363.801,72	164	1.118.138.857,24
Pantanal	340.152.887,20	1.432	11.585.198,99	17			351.738.086,19
Total	2.072.813.571	13.239	1.536.182.649	6.317	811.843.430	4.423	4.420.839.649,69

Fonte: IBGE (2015) Banco Central do Brasil (2015). Organização dos autores

Figura 4: Mato Grosso do Sul: arranjo espacial do crédito de custeio das principais atividades – 2014.



Fonte: IBGE (2015) Banco Central do Brasil (2015). Organização dos autores

Um esclarecimento torna-se imperativo, pois embora a atividade agrícola da cana de açúcar seja uma das mais importantes, abrangendo uma vasta área do estado, segundo os dados do BACEN (2015), no ano de 2014 não apareceu entre as principais atividades que acessaram recursos do SNCR. Isso se relaciona com o fato de que os financiamentos, na maioria das vezes, ao serem efetuados pelas próprias empresas que controlam essa atividade

agrícola, utilizam uma pequena quantidade de crédito desse sistema público – totalizando apenas 109 contratos e R\$ 82.466.867,60 (Oitenta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos) (1,6%) de valores acessados na modalidade de custeio no ano de 2014. A título de exemplo podemos mencionar a Raízen, *joint venture* entre a Cosan e a Shell, no caso do setor sucro-alcooleiro, situação que pode ser extensiva também a outros setores produtivos do estado, como o setor de celulose na Mesorregião Leste, com a Fibria, sendo necessário que suas características sejam estudadas de forma específica.

A análise da distribuição do crédito rural de custeio entre as atividades produtivas que mais acessaram os recursos do SNCR do ano de 2014 apresenta uma série de indagações sobre o papel desempenhado por cada uma dessas mesorregiões. Em primeiro lugar, embora a Mesorregião que se destaca sobre o montante dos recursos do SNCR, como já mencionado, seja a Sudoeste, em termos de atividades produtivas, segundo os valores de financiamento do BACEN (2015), a pecuária bovina é o setor que usufruiu mais créditos.

No entanto, em termos de acesso ao crédito de custeio da pecuária, a Mesorregião Sudoeste se coloca na segunda posição, após a Mesorregião Leste e muito próxima das outras duas Mesorregiões. Ou seja, em terceiro está a Centro-Norte, e como é de se esperar, a importância do crédito de custeio para a pecuária bovina, em quarto lugar, a Mesorregião Pantanal, diga-se de passagem, embora em menor número comparado às outras mesorregiões, o crédito da pecuária bovina é predominante nesta Mesorregião entre as atividades produtivas.

De modo geral, as informações disponíveis apontam que a participação do financiamento rural de custeio, somadas às três atividades produtivas, está majoritariamente concentrada na Mesorregião Sudoeste, constituindo 47,5% desses recursos.

Segundo Egler (1993, p. 71), “a lógica do investimento privilegia os territórios econômicos que possam garantir vantagens competitivas às grandes empresas que neles se instalam”. Assim, um estudo regional pode demonstrar alguns aspectos do arranjo espacial em escala local e regional, tal como a que apresentamos em relação ao crédito rural. As vantagens comparativas ou competitivas das empresas que se instalam nesses territórios, ou que, mesmo instaladas em outros lugares, são dependentes dos produtos como matéria-prima para sua industrialização, destinados à exportação ou não, são bastante elevadas.

Em suma, essas atividades não seriam viáveis caso não contassem com o sistema público de crédito rural, investimentos em infraestrutura, modernização, etc. No entanto, estudar o crédito rural público, massivamente destinado à produção de *commodities* agrícolas no Mato Grosso do Sul, mediante uma estrutura fundiária com alto nível de concentração,

compõe a base do nosso entendimento sobre a formação socioespacial do crédito nesse estado.

Como vimos nas seções iniciais deste trabalho, há duas questões implícitas sobre a organização da produção de *commodities* agrícolas, essenciais para compreender a formação socioespacial da política de crédito agrícola do SNCR. A primeira delas é quanto ao papel do Estado, tal como se refere Harvey (2005), no que tange à importância dessas políticas estatais na consolidação da distribuição do crédito de modo a consolidar uma determinada territorialização que fortalece a desigualdade na apropriação da riqueza. Ao mesmo tempo em que nos leva a refletir, conforme as elaborações de Poulantzas (2000), em torno dos blocos ou frações de classe que compõem o poder hegemônico estatal na modelagem dessas políticas de crédito, sendo que na ausência dessas políticas haveria outras dificuldades para o desenvolvimento de sistemas produtivos mais equitativos.

Em virtude da importância desse papel do Estado, temos a segunda questão que é entender a evidência da concentração fundiária no Mato Grosso do Sul e a sua dedicação para o desenvolvimento produtivo agropecuário, principalmente em relação à configuração territorial massivamente concentradora. Nesse sentido é necessário retomar o fio histórico da ocupação dessa porção territorial e dos incentivos do Estado para a colonização privada no passado, vislumbrados como o cerne da formação dos primeiros núcleos sociais das oligarquias agropecuárias regionais e os mecanismos políticos e econômicos que garantem a perpetuação dos níveis de concentração fundiária.

Parafraseando as elaborações de Lamoso (2011, p. 46), essas vantagens comparativas e competitivas são decorrentes da “inércia espacial de heranças do próprio processo de ocupação”, a exemplo da pecuária e da produção de grãos, que somadas a “vetores externos” – entre os quais a política do SNCR deve ser destacada – “definem as ligações em rede de frações do território” com os arranjos espaciais monopolistas que controlam as escalas produtivas.

Diante da realidade da política do SNCR no Mato Grosso do Sul, em que o sistema público de crédito se realiza pela concentração dos recursos em apenas três atividades produtivas, cabe o questionamento: quais são suas consequências na formação socioespacial ao considerar as outras demandas socioespaciais no campo? As respostas, ainda que abertas, podem ser múltiplas, mas é importante ressaltar que no Mato Grosso do Sul as possibilidades de ampliação das fragilidades das formações espaciais são recorrentes. Não buscamos contemplar nessas análises as frações sociais que estão em conflito direto com o agronegócio, até porque seria necessário ampliar o horizonte de análise nos limites de extensão do artigo. No entanto, as análises aqui apresentadas sobre a política de crédito

público neste estado indicam o quanto a matriz de desenvolvimento está atrelada ao modelo de desenvolvimento do capitalismo dependente.

São diversas as hipóteses que reafirmam esta problemática do desenvolvimento capitalista no Brasil. No entanto, antes de mais nada, é preciso considerar que a criação do SNCR não coincide por acaso com o surgimento da integração entre técnica e agricultura, também designada como “modernização conservadora” (DELGADO, 2012). No entendimento deste texto, este contexto deu início à expansão financeira no campo. No entanto, tais questões não estão imunes às transformações de outros setores da sociedade. Assim o próprio modelo de desenvolvimento urbano-industrial (MOREIRA, 2014) e as transformações estruturais no campo que resultaram em maiores níveis de concentração territorial compõem o rol de atribuições que também são decorrentes das transformações financeiras.

Dessa forma, é diante deste contexto que se torna substancial analisar a formação socioespacial da política pública de crédito em Mato Grosso do Sul. Diante da concentração fundiária inimaginável que representa a força desse setor sobre as demais frações sociais ao constatar que três dos maiores setores produtivos da agropecuária concentram, também, mais de 80% dos recursos financeiros de custeio necessários ao desenvolvimento de todas as atividades produtivas. Essas características que não podem ser negligenciadas na formação socioespacial, sejam quais forem as escalas de análises.

Considerações finais

O estudo da política do SNCR de modo algum tem a pretensão de abarcar a totalidade da problemática da formação do espaço agrário brasileiro, sejam elas quais forem as escalas de análises espaciais. Mesmo que o crédito rural demonstre aparentemente ser apenas um dos aspectos das relações de produção capitalista no campo, sem o estudo das suas implicações, tampouco se torna viável empreender estudar o espaço rural. No entendimento deste trabalho a política do SNCR não é apenas um aspecto da formação socioespacial. Sob a ótica financeira, este compõe o conjunto de mecanismos que transformam e redefinem as relações de produção, e tratando-se de uma economia de base primário-exportadora, tais características são tão imprescindíveis quanto a concentração fundiária e o monopólio da renda capitalista da terra.

Nesse sentido, a proposta de estudar a formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural no Mato Grosso do Sul é uma tentativa de perceber as dinâmicas determinantes e sobredeterminantes na formação espacial. Um dos aspectos fundamentais a perceber é que a política de crédito rural do SNCR atua decisivamente sobre a atual estrutura de desenvolvimento das atividades produtivas no campo. No entanto, suas características determinantes estão para além das conhecidas capacidades produtivas,

apontando que não basta reconhecer a importância da produção na necessidade do crédito, é preciso entender que é a partir dessa matriz política de crédito que se torna viável a presença da estrutura fundiária concentracionista e dependente, mas ao mesmo tempo moderna.

Como principal formulador e executor das políticas públicas, o Estado possui um papel singular sobre a formação socioespacial local e regional no Mato Grosso do Sul. Os dados apresentados neste trabalho evidenciam alguns aspectos dessa dinâmica. Após a análise dos dados, identificamos três atividades que concentram mais de 80% de todo o crédito de custeio no estado, além disso, existem diferenças significativas sobre as características de cada mesorregião. Essas três atividades produtivas que identificamos, além de serem atividades que demandam grandes extensões territoriais, indicam também serem majoritariamente controladas por grandes empresas ou conglomerados que induzem na concorrência oligopólica. Apontando que a lógica econômica oligopolizada da produção agropecuária do Mato Grosso do Sul está em consonância com a lógica da política de Estado para a expansão do SNCR, ou vice versa.

A Mesorregião Centro-Norte, onde se localiza a capital do estado, não concentra a maior quantidade dos recursos provindos do SNCR, está atrás da Mesorregião Sudoeste e da Leste, destacando-se apenas como segundo lugar na produção de soja e milho, bem atrás da majoritária produção da Mesorregião Sudoeste. No entanto, a atividade da pecuária bovina da Mesorregião Sudoeste está atrás da Leste, sendo esta última a atividade produtiva majoritária da Mesorregião Leste.

O cenário de alta concentração dos recursos de crédito de custeio distribuídos em apenas três atividades produtivas em todo o Mato Grosso do Sul indica algumas hipóteses sobre o lugar que ocupa a pequena produção agrícola familiar, camponesa e a reprodução do modo de vida das comunidades tradicionais indígenas em conflito direto com o agronegócio. Assim, aprofundar o estudo dos dados sobre o financiamento rural comparados com a estrutura fundiária do estado aponta parte dos desafios para o futuro da política do SNCR em relação à democratização do acesso ao crédito e ao desenvolvimento territorial com respeito a suas particularidades locais e internas.

Referências

ALMEIDA, R. A. de. **Identidade, distinção e territorialização**: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: UNESP, 1996.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)**. 1997. 540 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BORRAS Jr, S. M. et al. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features. Latin America, **Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement**, [S. L.], v. 33, n. 4, p. 402-416, 2012.

BRASIL. Banco Central do. Matriz de dados do crédito rural. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. Lei nº 4.829, de 5 de Novembro de 1965. Dispõe sobre a institucionaliza o crédito rural. Planalto, Brasília, DF. 1965.

CONTEL, F. B. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. 2006. 323 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

EGLER, C. A. G. **Crise e questão regional no brasil**. 1993. 233 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

EGLER, C. A. G.; BESSA, V. C.; GONÇALVES, A. F. Pensar o território e a região: por uma agenda de desenvolvimento regional. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 28, p.7-17, mai./ago. 2013.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE, **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em: 16 mai. 2015.

IBGE, Mesorregiões geográficas do estado do Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

JESSOP, B. **The State: past, present, future**. Cambridge, Polity Press, 2015.

LAMOSO, L. P. Dinâmicas produtivas da economia de exportação no Mato Grosso do Sul – Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 21, p.33-47, jan./abr. 2011.

MAPA, **Plano agrícola e pecuário 2015/2016**. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 17 ago. 2015.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

NARDOQUE, S. A expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Org.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária - vol. I)**. Curitiba: Crv, 2017. p. 243-272.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PÉNCHEVA, E. Una vez más acerca del humanismo, la pobreza y el neoliberalismo. AD Universa – **Revista de Relaciones Internacionales**, México, vol. 2, n. 1, jun. 2011.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2012a.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2012b.

_____. O dinheiro e o território. In SANTOS, M. et al. (Org.). **Território Territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo-UFF/AGB: Niterói, 2002.

SOUZA, C. F. de. **A terra e o homem: a luta dos sem-terra e a educação nos assentamentos do sul de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 1992. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – CCHS/UFMS, 1992.

SOUZA, P. M. de; NEY, M. G.; PONCIANO, N. J. Análise da distribuição dos financiamentos rurais entre os estabelecimentos agropecuários brasileiros. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 53, n. 2, p. 251-270, jun. 2015.

Sobre os autores

Tiago Satim Karas – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Paranavaí, Paraná; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul; Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul; Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Guillermo Alfredo Johnson – Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Pós-doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, São Paulo; Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul.

Como citar este artigo

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 54-78, maio-junho. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Tiago Satim Karas**, ficou parcialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, aquisição de dados, elaboração das tabelas e dos mapas bem como suas interpretações e análises; o segundo autor **Guillermo Alfredo Johnson**, ficou parcialmente responsável pelo desenvolvimento e revisão teórico-conceitual, interpretação e análise dos dados.

Recebido para publicação em 21 de setembro de 2017.
Devolvido para a revisão em 20 de fevereiro de 2018.
Aceito para a publicação em 24 de fevereiro de 2018.
